



ARTHUR DE SOUZA (INTERINO)
arthursouza.df@cbnet.com.br



Reprodução/redes sociais

Mensagem de esperança

Após cumprir sua missão na Ucrânia, presidindo a Santa Missa no Santuário Nacional de Nossa Senhora do Carmo (foto), na cidade de Berdychiv, o cardeal Paulo Cezar Costa deixou uma mensagem de esperança ao povo ucraniano. “Vivemos dias intensos, em que fomos solidários com o povo ucraniano e experimentamos suas dores, sofrimentos e esperanças. Levo uma experiência rica em solidariedade e proximidade”, afirmou. “Vos levo no coração. Contem sempre com as minhas orações e com a minha voz, que também deseja dar voz ao vosso sofrimento e aos horrores que a guerra vos faz passar. Fiquem com Deus”, desejou o cardeal aos ucranianos.

Ibaneis sanciona LDO com receita de R\$ 71,7 bilhões

O governador Ibaneis Rocha (MDB) sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026. A nova lei foi publicada no *Diário Oficial (DODF)* de ontem. A proposta estima uma receita total de R\$ 71,7 bilhões, sendo cerca de R\$ 44 bi em receitas próprias e um aporte de R\$ 27,7 bi de recursos do Fundo Constitucional (FCDF).



Anderson Parreira/Agência Brasília

Novas nomeações

Segundo a publicação, foram autorizadas a nomeação de 65.395 cargos no Poder Executivo, com um impacto financeiro de R\$ 9,7 bilhões. Para o caso de novos cargos, o anexo IV da LDO 2026 autoriza a criação de até 6.953 vagas, com um impacto orçamentário de, aproximadamente, R\$ 400 milhões.

Estudo de viabilidade

Vale lembrar que, quando a LDO foi apresentada na Câmara Legislativa, a projeção inicial era autorizar mais de 29 mil cargos no Poder Executivo, ou seja, o número final mais do que dobrou, após os deputados distritais modificarem o projeto original, por meio de emendas que não foram vetadas pelo governador. “Para que essas autorizações sejam implementadas é preciso levar em consideração fatores como estudo de viabilidade, com base em expectativa de receita e despesa”, lembrou a coordenadora da proposta de Diretrizes Orçamentárias da Secretaria de Economia, Rafaella Corado.



Marcelo Ferreira/CB/DA Press

Mobilidade em pauta

A Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (VMADUF/TJDFT) vai realizar, na próxima segunda-feira, uma nova audiência judicial pública a respeito da proposta de redução de velocidade no Eixo Rodoviário de Brasília, via popularmente conhecida como Eixão. Na oportunidade, serão ouvidos representantes da Polícia Militar (PMDF). A audiência será transmitida no canal do TJDFT, no YouTube.

Pagamentos de taxas

Responsáveis por estabelecimentos e executores de obras do Distrito Federal começaram, na última semana, a receber os boletos referentes à Taxa de Funcionamento de Estabelecimentos (TFE) e à Taxa de Execução de Obras (TEO). Emitidas pela DF Legal, as cobranças alcançam 319 mil contribuintes, que têm até o dia 31 de julho para realizar o pagamento. Neste ano de 2025, o valor mínimo de ambas as taxas é R\$ 48,86, sendo possível parcelar quando o montante ultrapassar R\$ 97,72. Para a TEO, o valor é de R\$ 2,31 por metro quadrado de obra executada, no caso de projetos com até 1 mil metros quadrados. Para áreas superiores, há um acréscimo de R\$ 0,31 por metro quadrado excedente.

Reunião da ONU

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo, e o ministro Walton Alencar Rodrigues participaram, na terça-feira, da 79ª Sessão Regular do Conselho de Auditores da Organização das Nações Unidas (ONU). A reunião, realizada em Nova York, analisou e validou relatórios de auditoria das entidades da ONU referentes a 2024, apresentados pelas instituições superiores de controle (ISC) do Brasil, da China e da França. Entre as auditorias sob responsabilidade do TCU estão os trabalhos nas missões de paz no Kosovo e Chipre, no Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e no Fundo Conjunto de Pensão do Pessoal da ONU (UNJSPF). As fiscalizações ocorreram sob a coordenação do ministro Walton Alencar Rodrigues, supervisor dos trabalhos.



Ed Alves/CB/DA Press

Trocas nos comandos

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) anunciou a troca no comando de duas delegacias. O delegado Fernando Fernandes reassumiu a 19ª DP (Setor P Norte), enquanto Alexandre Godinho passou a chefiar a 27ª DP (Recantos das Emas) no lugar de Fernandes.



Divulgação/DPDF

Conhecendo a DPDF

A Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) lançou, nesta semana, a quarta edição do Roteiros de Conhecimento, material que apresenta o acesso e o funcionamento da instituição de forma dinâmica e simples, por meio de diversas cartilhas produzidas pela DPDF em colaboração com defensores públicos, servidores e parceiros. A lista de cartilhas aborda temas como formas de acesso à Defensoria Pública, educação para a vida adulta, mediação e cultura de paz, direito de família e relações de consumo.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

ECONOMIA

Mesmo qualificadas, elas enfrentam racismo, machismo e desconfiança no mercado de trabalho do Distrito Federal. Festival Latinidades debate, hoje, no Museu da República, saídas para enfrentar essas estruturas de desigualdade

Desafios para mulheres negras

» MARIANA SARAIVA

No Distrito Federal, o caminho até uma vaga de emprego ainda é mais longo, difícil e desigual para mulheres negras. Não se trata apenas da busca por uma oportunidade, mas de atravessar barreiras que muitas vezes começam antes mesmo da entrevista, na cor da pele, no nome escrito no currículo, no CEP, no cabelo, no olhar do recrutador. Ana Dalva Fernandes, 59 anos, conhece bem essa realidade. Vinda do Maranhão, enfrentou uma série de recusas até conseguir o primeiro emprego como cabeleireira em um salão da capital. “Quando eu cheguei, sabia fazer tudo. Mas ninguém queria ser atendido por mim. Um dia, um rapaz veio cortar o cabelo do filho e, quando viu que seria eu, não quis mais”, conta. Mais tarde, Ana decidiu abrir seu próprio salão em Taguatinga. Mesmo como empresária, seguiu sendo questionada. “As pessoas duvidavam que o salão era meu. Eu ainda vejo muito preconceito no mercado de trabalho para mulheres negras.”

A experiência negativa de Ana não é um caso isolado. Dados do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

confirmam o cenário de desigualdade. Em 2023, as mulheres negras representavam 34,7% da população em idade ativa na Área Metropolitana de Brasília (AMB), sendo 67,7% no DF e 32,3% na Periferia Metropolitana. No entanto, a presença delas entre os economicamente inativos chega a 32,2% no DF e a 41,5% na periferia, um reflexo direto da exclusão. Dai Schmidt, 39, moradora da periferia e profissional da área de comunicação, lembra das barreiras invisíveis que enfrentou para conseguir o primeiro emprego. “Mesmo quando eu estava qualificada, sentia que precisava me esforçar o dobro para ser notada. Tinha que me vestir melhor, me comportar de forma exemplar, estudar mais. Tudo para compensar o que a sociedade considerava ‘excesso’ em mim: o meu cabelo, meu tom de pele, meu endereço”, relata.

Ela conta que em diversas entrevistas sentiu que sua presença incomodava. “Ouví comentários sobre minha aparência, perguntas invasivas sobre minha vida pessoal, e percebi nos olhares que eu não era o perfil que eles esperavam. Trabalhei numa agência de modelos e enfrentei piadas racistas, desconfiança constante e um ambiente em que minha competência

sempre era colocada em dúvida. Foi um exercício diário de reconstrução da autoestima”, lembra.

Para Dai, ser mulher é um desafio. Ser mulher e negra intensifica tudo. “Vi homens e mulheres brancas sendo promovidos com menos experiência do que eu. A mulher negra enfrenta uma dupla opressão: o machismo e o racismo. É como se estivéssemos sempre dois passos atrás, lutando para sermos vistas como capazes, enquanto os outros já estão sendo celebrados”, ressalta.

Debate

A realidade de Ana e Dai é a mesma de milhares. Mais de 380 mil mulheres negras vivem no DF e no Entorno, e muitas continuam à margem de um mercado que ainda insiste em fechar as portas para elas. Por isso, ações que deem visibilidade à causa são fundamentais.

Hoje, o Festival Latinidades promove, no Museu Nacional da República, um debate sobre trabalho digno para jovens mulheres negras, durante o 2º Encontro Nacional da Rede MultiAtores MUDE com Elas. O evento contará com a presença de Giselle dos Anjos Santos, historiadora, avista e pesquisadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert).

Giselle acredita que a transformação passa pela união de esforços entre Estado, empresas, sociedade civil, sindicatos e movimentos sociais. “É preciso criar espaços de escuta, troca e articulação. Só com diálogo real e metas conjuntas podemos enfrentar as estruturas de desigualdade que afetam as mulheres negras no trabalho. Essa não é uma questão individual, é coletiva, estrutural e urgente.”

Mais proteção

A advogada Patrícia Zaponi, especialista em gênero, reforça que a legislação brasileira, embora proíba discriminação por raça e sexo, ainda é insuficiente. “Temos a Lei 14.611/2023, que trata da igualdade salarial, mas, na prática, as mulheres negras continuam ganhando menos que os homens, e até mesmo que as mulheres brancas. O racismo estrutural não está contemplado nas leis e isso as impede de avançar”, aponta.

Segundo ela, a informalidade é outro obstáculo grave. “A maioria das mulheres negras atua em empregos informais, com pouca proteção e direitos. O trabalho doméstico, por exemplo, concentra grande parte delas, muitas vezes em condições precárias.”

Aquivo pessoal



Ana Dalva: “As pessoas duvidavam que o salão era meu”